

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.999 - CE (2018/0108597-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **JOSÉ JULIO FREIRE NOGUEIRA**
ADVOGADO : **HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO E OUTRO(S) - CE007447**
RECORRIDO : **V G F N (MENOR)**
REPR. POR : **E G F**
ADVOGADO : **JOACI INÁCIO DE BRITO E OUTRO(S) - CE008942**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. AUSENTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 284/STF. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 283/STF.

1. A ausência de apreciação pelo tribunal "a quo" acerca da matéria impede o conhecimento do recurso especial em razão do óbice previsto no Enunciado n.º 211/STJ.

2. A despeito da extensão das razões do recurso especial, constata-se que a fundamentação recursal encontra-se deficiente, tornando de rigor a aplicação do óbice previsto no Enunciado n.º 284/STF.

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado conduz ao não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto no Enunciado n.º 283/STF.

4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ JULIO FREIRE NOGUEIRA com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (fl. 287):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. PRESTAÇÃO DE VERBAS ALIMENTÍCIAS. CUSTEIO DE EDUCAÇÃO DO FILHO MENOR. SUB-ROGAÇÃO DA DÍVIDA PELO AVÔ MATERNO. INOCORRÊNCIA. NEMO TURPITUDINEM SUAM ALLEGARE POTEST. REVISÃO DOS

Superior Tribunal de Justiça

TERMOS DO ACORDO. INCABÍVEL. A PRESCRIÇÃO DO DÉBITO ALIMENTAR NÃO CORRE ENTRE ASCENDENTES E DESCENDENTES DURANTE O PODER FAMILIAR. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1 - A sentença homologatória do pedido de separação consensual com obrigação alimentar, não enseja ao executado alegar, em benefício pessoal, sub-rogação da dívida pelo avô materno do alimentando.

2 - A observância e averiguação de questões meritórias referentes ao binômio necessidade-possibilidade do alimentante devem ser aferidas em Ação de Exoneração ou Ação Revisional de Alimentos, incabível a discussão do acordo firmado entre as partes.

3 - Não há falar em prescrição das prestações alimentares na espécie, por não ocorrer tal figura jurídica entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar e por ser o alimentando absolutamente incapaz.

4 - Recurso apelatório conhecido e improvido.

Consta dos autos que JOSÉ JULIO FREIRE NOGUEIRA opôs embargos à execução ajuizada por V. G. F. N. objetivando a extinção da ação de execução de verba alimentar.

O juízo de primeiro grau julgou improcedentes os embargos, além de condenar o embargante ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

Irresignado, o embargante interpôs recurso de apelação.

No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará negou provimento ao apelo conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram parcialmente providos, sem efeitos modificativos, nos seguintes termos (fl. 357):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA NOVA. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. AUSÊNCIA DE PEDIDO OPORTUNO. OMISSÃO QUANTO A LEGITIMIDADE ATIVA E COMPETÊNCIA DO JUÍZO. APRECIÇÃO. OUTRAS OMISSÕES E CONTRADIÇÕES APONTADAS. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO TEMA. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PARCIALMENTE PROVIDO, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS, NA PARTE CONHECIDA.

1. Não estando a compensação entre os temas elencados na exordial e na apelação, não há como apreciá-la, sob pena de

Superior Tribunal de Justiça

decisão ultra petita e quebra dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. Legitimidade ativa do menor, pois o título judicial é exigível por aquele credor (filho) na cobrança contra o devedor (genitor).

3. Inocorrência de ilegitimidade ativa da genitora do exequente, visto que ela figura, apenas, como representante do filho menor na Ação de Execução contra o pai.

4. Competência do juízo da execução - art. 575, II, do CPC.

5. Temas decididos - incabível rediscussão da matéria, máxime quando visa a prequestionamento para fins de interposição de recurso à instância superior.

6. Embargos Declaratórios conhecidos em parte e parcialmente providos, sem efeitos modificativos, na parte conhecida.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, preliminarmente, alegou contrariedade aos arts. 267, § 3º; 585, inciso II; 586, inciso II; 618, inciso I, todos do Código de Processo Civil, ao argumento de que inepta da petição inicial. No mérito, asseverou negativa de vigência ao art. 1.699, do Código Civil, ao argumento de que necessária a redução do encargo alimentar. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

O Ministério Público Federal ofertou parecer às fls. 389/393.

É o relatório.

Passo a decidir.

1. No que tange à inépcia da petição inicial:

A despeito da extensa fundamentação do recurso especial, verifica-se que matéria não fora prequestionada, atraindo o óbice previsto no Enunciado n.º 211, da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. DANOS MORAIS NÃO RECONHECIDOS NA ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MATÉRIAS NÃO PREQUESTIONADAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).
2. Não cabe em recurso especial, analisar matéria carente de prequestionamento, especialmente, quando a despeito da oposição de embargos de declaração na origem, a parte recorrente deixa de apontar violação ao art. 1.022, do Código de Processo Civil/2015 em seu recurso especial. Incidência da Súmula 211/STJ.
3. Agravo interno a que se nega provimento. (**AgInt nos EDcl no REsp 1792831/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 18/11/2019**)

2. No que concerne à prestação alimentar:

Conforme destacado no parecer do Subprocurador-Geral da República ANTONIO CARLOS MARTINS SOARES, incide, na hipótese dos autos, o óbice previsto no Enunciado n.º 284/STF, uma vez que o recorrente não indicou em que medida ocorreu a pretensa violação à lei federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NÃO CONHECER DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A alegação de afronta aos artigos 332, I, 927, IV, e 932, V, "a", do CPC/15, de forma genérica, sem a efetiva demonstração, de maneira direta, clara e particularizada, de como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal, impede o conhecimento do recurso especial, ante a deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF, por analogia.

Precedentes.

2. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe reexaminar o valor fixado a título de indenização, uma vez que tal análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ. *Precedentes.*

3. Agravo interno desprovido. (**AgInt no AREsp 1542110/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 22/11/2019**)

Superior Tribunal de Justiça

Destaca-se, ainda, que o recorrente não impugnou os fundamentos vertidos no acórdão combatido, atendo-se à mera reiteração de suas razões de apelação, o que atrai o óbice previsto no Enunciado n.º 283/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489, II E VI, DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

- 1. Ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por dano moral.*
- 2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.*
- 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, II e IV, do CPC/15.*
- 4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.*
- 5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*
- 6. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.*
- 7. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.*
- 8. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 1494295/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)*

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso III, do CPC/15, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

